



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

A formulação de políticas sociais nos governos petistas no decênio 2004-2014 no Brasil e a participação dos movimentos sociais da esquerda católica

Camila Faria¹

Resumo

O trabalho em curso é sobre a importância da esquerda católica na formulação de políticas sociais nos governos de esquerda no decênio 2004-2014 e os rebatimentos nos programas de combate à pobreza no Brasil. A metodologia usada é pesquisa bibliográfica, documental e de campo com entrevistas semiestruturadas com lideranças da esquerda católica que se encontram em três níveis: a base; líderes do Movimento Nacional de Fé e Política e lideranças católicas que atuam no governo PT. A análise da trajetória de militância da esquerda católica e o Partido dos Trabalhadores é das mais complexas e nunca pareceu tão oportuna.

Palavras-chave: Esquerda católica. Partido dos Trabalhadores. Pobreza. Políticas sociais.

Abstract

The work in progress is on the importance of Catholic left in social policy formulation at the left-wing governments in the decade 2004-2014 and the repercussions in anti-poverty programs in Brazil. The methodology used is literature, documentary and field with semi-structured interviews with leaders of the Catholic left are in three levels: a base; the National Movement leaders of Faith and Politics and Catholic leaders who work in the PT government. The analysis of the membership path of the Catholic left and the Workers' Party is the most complex and never seemed so timely.

Keywords: Left catholic. Workers party. Poverty. Social policies.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nasceu parcialmente de uma pesquisa realizada sobre a participação das comunidades eclesiais de base, nas décadas de 1970 e 1980, no movimento popular por moradia no município de Volta Redonda. O trabalho formava parte do meu curso de mestrado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense e tinha como objetivo compreender e explicar o papel desempenhado pelas

¹ Doutoranda em Política Social – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social - Universidade Federal Fluminense.

Comunidades Eclesiais de Base no processo de organização política do referido movimento. A pesquisa envolveu um minucioso trabalho de análise de documentos do arquivo da Diocese Barra do Piraí – Volta Redonda – além de entrevistas a antigas lideranças e militantes do movimento por moradia em nível nacional e local, na faixa dos 50 e 80 anos, todos eles havendo participado da fundação e desenvolvimento das CEBs naquele município ou em outras localidades. A conclusão do estudo, que resultou em nossa dissertação de mestrado, foi a de que as CEBs se constituíram em ator político central no desencadear do movimento por moradia em Volta Redonda, assim como no movimento social brasileiro de forma geral.

Entretanto, a partir da década de 1990 – com contexto político e eclesiástico desfavorável, a hegemonia neoliberal e a retomada conservadora da Igreja a nível internacional – as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passaram por mudanças significativas, a ponto de alguns intelectuais anunciarem o seu fim. Temos ainda, nesse contexto, a crise da Teologia da Libertação como parte de um cenário mais amplo de crise e mudanças. Para Lesbaupin (2005) a crise do socialismo real e, sobretudo, a implementação das políticas de cunho neoliberal e a recessão econômica tiveram importantes reflexos nas classes populares e na capacidade de mobilização de alguns movimentos sociais com os quais essas comunidades eram articuladas. É exatamente nesse contexto de crise e desmobilização que assistiremos a uma gradual ascensão do partido dos trabalhadores, que sobe ao poder em 2003, conquistando a presidência da república. As CEBs foram uma das forças centrais na construção do Partido dos Trabalhadores. Segundo o historiador Werneck Vianna, o trabalho da esquerda católica foi uma das forças sociais que constituíram o partido de massas. Todavia, para se tornar um partido moderno de massas, o PT empreende mudanças na ideologia do partido que refletirão na sua plataforma de governo e levarão ao que Vianna (2006) chama de “mudança de rota”. Esta mudança imediatamente nos suscita questões sobre o possível destino da velha parceria entre as CEBs e o PT ao longo desta trajetória de ascensão. Por outro lado, do ponto de vista do jogo das forças sociais, será que a chegada dos cristãos ao poder com o PT contribui para a revitalização das CEBs? De que forma?

A proposta deste artigo é analisar a importância da esquerda católica na formulação de políticas sociais nos governos de esquerda no decênio 2004-2014 e os rebatimentos nos programas de combate à pobreza no Brasil. A análise das questões acima, tomando como referência a influência das CEBs nas políticas de assistência

social e segurança alimentar implementadas desde chegada do PT à presidência da república em 2003, com ênfase na atuação dos cristãos na formulação, proposição e gestão dessas políticas. Para possibilitar tal análise considerarei as seguintes questões: qual a influência dos cristãos na formulação e gestão das políticas sociais na primeira década de governo PT? Qual o nível de equilíbrio de poder entre esses dois atores, o grau de representatividade do partido na proposição destas políticas? A relevância do estudo proposto está em lançar luz sobre pontos ainda pouco explorados na literatura. O ineditismo de um partido de base operária que se organiza a partir do apoio de militantes cristãos, chegar ao poder no Brasil é em si um fato relevante do ponto de vista analítico. Entretanto, quando a ascensão e afirmação desse partido no poder se dá concomitantemente ao enfraquecimento e desmobilização dos elementos que lhe serviram de apoio, há aí elementos que precisam ser mais elucidados. Além disso, é de grande relevância teórica e prática desvendar como o Partido dos Trabalhadores, uma vez no poder, respondeu ou tentou responder às demandas dos seus aliados históricos. O estudo da trajetória da aliança entre CEBs e PT pode revelar, ainda, como os atores cristãos ligados às CEBs influenciaram a formulação e gestão de políticas sociais durante esse período e como avaliam a performance do partido após uma década no comando do país.

2 A ESQUERDA CATÓLICA, TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE.

Historicamente, religião e política na América Latina se relacionaram de forma singular: mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se entre elas um elo verdadeiramente dialético. A partir dos anos de 1950 uma mudança social e política estava a caminho na América Latina, face à industrialização do continente sob a hegemonia do capital multinacional. Assistiu-se ao aprofundamento das divisões sociais, o aumento do êxodo rural e crescimento dos centros urbanos. A Revolução Cubana, em 1959, abre um novo período histórico na América Latina que, para Löwy (2000), foi caracterizado pela intensificação das lutas sociais, o aparecimento de movimentos guerrilheiros, uma sucessão de golpes militares e uma crise de legitimidade do sistema político.

Na década de 1960, a Igreja Católica no Brasil desenvolveu a perspectiva da Teologia da Libertação, marcada pela atuação crítica na defesa da justiça social e dos direitos civis. Essa postura foi acirrada durante o regime militar, uma vez que esses princípios introduziram na história da Igreja ideias de igualdade social e direitos humanos, a partir de uma leitura cristã da teoria Marxista. Segundo Lesbaupin (2005) verifica-se a partir daí o rompimento com conceitos tradicionais da Igreja institucional e o desenvolvimento de uma linguagem popular para fazer crítica ao sistema capitalista, revelando que este produz idolatria ao dinheiro e à ideologia do desenvolvimento econômico.

Frei Betto em 1971 afirma que naquele contexto o papel educativo das CEBs foi uma das mais importantes facetas do processo, pois procurou responder a necessidades concretas tais como saúde, terra, moradia, trabalho etc. As comunidades permitiram assim o desenvolvimento de uma consciência crítica nos meios populares, o que levou a população, pouco a pouco, a se mobilizar para defender seus direitos. Nessa rica fermentação popular nasceram as primeiras comunidades de base, em torno de 1964. O que impulsionou esse movimento foi uma insatisfação de um importante setor da Igreja Católica com relação ao tipo de evangelização feito até então. Com esse setor estavam os movimentos populares, que se consolidaram em fins da década de 1970.

3 OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES NO BRASIL

Ana Maria Doimo (1995), ao analisar esses novos movimentos populares, argumenta que se gerou deles um campo político de recusa a uma política autoritária, caracterizado por um sentimento de pertença e um conjunto de valores compartilhados, ainda que pudessem ser diverso quanto à base social e quanto à demanda formulada. Assim, no Brasil da segunda metade dos anos 1970, originou-se um novo campo de oposição, que teve como característica forçar espaços de legalidade e participação, numa conjuntura de distensão e abertura política. Segundo Pinheiro (2010) “*as CEBs e os movimentos populares e sindical se articularam em prol de reivindicações dos direitos sociais nas periferias*”. Consolidava-se, assim, o campo movimentalista, no qual transitavam os movimentos populares e sociais, o movimento sindical, as pastorais sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda e as ONGs (DOIMO, 1995, p.110).

As ações em conjunto dos movimentos populares e a Igreja aconteceu segundo Doimo (1995) devido à ideia de "povo" como sujeito" que compareceu intensamente no discurso de diversos atores socialmente relevantes. Segundo a autora, as ideias de povo, de participação e representação popular foram significativas no pensamento de setores da esquerda, inaugurando uma concepção centrada na capacidade ativa do povo, contra a noção de Estado provedor e avesso ao papel das vanguardas.

O movimento sindical que emergia neste contexto iria se tornar a "ponta de lança" da resistência operária ao grau de exploração da força de trabalho, um dos pilares do padrão de acumulação capitalista, instaurado pelos militares a partir de 1964. Martinez (2007) aponta que a diversificação e a intensificação das atividades da grande indústria foram conhecidas pela economia e a sociedade brasileiras, na década de 1970, mostrando notória expansão e modernização técnica da produção econômica.

Como efeito desse processo viu-se uma concentração de milhares de trabalhadores em polos industriais e cidades circunvizinhas, em diferentes estados brasileiros, sendo o ABC paulista, a concentração urbana e industrial mais emblemática, do ponto de vista político e econômico, que emergiu nesse período. Quando a classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, se insurge contra o arrocho salarial, ela ameaça momentaneamente a lógica da acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos servirão de referência política para a série de movimentos grevistas no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora.

Uma nova dinâmica dos movimentos e a transição de regimes autoritários para práticas de gestões democráticas municipais foram fatores básicos de alteração conjuntural. Assim, os movimentos sociais populares da década de 1980 no Brasil já não buscaram unicamente melhorias econômicas, mas clamavam por democracia de base e direta e pela ampliação dos direitos de cidadania, especialmente no plano social. Cardoso (1995) argumenta que a participação popular aumentou sensivelmente nos anos 1980, abrindo novos canais de diálogo entre Estado e sociedade, fazendo com que suas demandas ganhassem legitimidade e gerassem resultados, incorporando novos atores na cena política que trouxeram uma visão renovada de justiça social.

Esses movimentos alteraram as ações diretas de pressão sobre o poder executivo e a forma de apresentar e legitimar interesses coletivos frente ao poder legislativo, representando indicadores de democratização das instituições políticas.

Durante esse período os movimentos sociais se organizaram, os sindicatos se fortaleceram e as aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em conquistas importantes na Constituição Federal de 1988.

Paoli e Telles (2011) ressaltam que essas conquistas se traduziram na construção de espaços plurais de representação de atores coletivos hoje reconhecidos como interlocutores válidos no cenário político nacional. É exatamente nesse contexto que nasce o Partido dos Trabalhadores.

4 A EMERGÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O PT emerge da necessidade que muitos sindicalistas entendiam existir da organização política enquanto meio de transformação e desenvolvimento das relações sociais no país. A experiência dos embates sindicais e das greves constitui um padrão de educação política para a crítica e a negação da realidade histórica brasileira naquele momento. E a prática cotidiana nos enfrentamentos com os empregadores e o Estado foi a escola de formação política do PT, calibrando o significado do lema “A luta continua” e fazendo das assembleias e núcleos de base os motores da ação e da organização partidárias. Werneck Vianna (2006) em *“Esquerda Brasileira e Tradição Republicana: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula”* resalta que o partido nasceu do sindicalismo com um particular viés que foi não ter reconhecido de pronto que a política tem uma lógica própria.

A entrada desse partido, que veio de um movimento sindical no campo da política, se caracterizou pelo fato de ter se apresentado de forma nua e crua sua agenda social sem qualquer mediação com a dimensão da política em que a agenda era manifesta (WERNECK VIANNA, 2006, p.161).

A força do social devia ser de tal forma que através dos movimentos sociais a política fosse levada a um movimento de ruptura, tema que esteve presente na história do partido em formação. O PT nasceu do social para a política, sem mediação entre os dois planos, apresentando sua agenda à política, por pressão do social. Foi ao Parlamento, mas não para fazer o jogo do Parlamento. Segundo Aarão Reis (2007) essa primeira fase, corresponde ao irrompimento do partido na arena política e como oposição à ditadura militar. Sua atuação política estava apenas voltada contra a ordem

estabelecida no país. Werneck Vianna (2006) coloca que essa foi uma característica forte, pois não se relacionava com a política de forma estabelecida, não fazia coalizão, não negociava e tinha como estratégia a autenticidade a ponto de não assinar a Constituição Federal de 1988. Alguns setores viram nessa postura ressonâncias e ecos de suas aspirações políticas. Assim, o PT chama si a *intelligentzia* que havia passado pela luta armada, o novo sindicalismo e o setor da Igreja Católica inspirado na Teologia da Libertação e materializado na atuação das CEBs. Dessas três forças sociais – o novo sindicalismo, a *intelligentzia* e as CEBs – nascerá o lugar de convergência do social da plataforma inicial do PT.

Entretanto, a partir da década de 1990 o PT se viu em um empenho contínuo para vencer as eleições para a presidência da República, meta definida como prioritária em 1991, no I Congresso do Partido.

A disputa pelo controle do Estado lançou o PT à necessidade de algumas definições que envolviam o relacionamento do partido com as instituições políticas existentes no país, como as prefeituras e a atuação nas instâncias do Legislativo, além da questão do papel conferido à democracia e do socialismo (MONTENEGRO, 2011, p.11).

Nesse momento o partido começa a revalorizar a política e entender a importância da dinâmica do Parlamento, sendo esse um dos aspectos exteriores aos valores da gênese do partido. Compreende a valorização dos acordos, das alianças, da negociação e a percepção de que o Parlamento é um lugar com valor em si. Para que a agenda social do PT ganhasse força no jogo político foi necessário o respeito à dinâmica interna do Parlamento, pois é onde se votam as leis, e para votar boas leis, era preciso fazer alianças. Na segunda campanha presidencial de Lula, de 1994, pontos programáticos fundamentais foram alterados para não engessar um eventual governo do PT. Grande parte das lideranças parlamentares e sindicais do PT irmanava-se em torno de propostas moderadas e conciliadoras.

Entretanto para que essa orientação fosse seguida, o que se viu foi um distanciamento do partido dos seus valores constitutivos e de suas bases de formação, ou seja, dos movimentos sociais, dos setores populares e, conseqüentemente, das CEBs. Devemos ressaltar que a chegada ao poder por esta via deverá configurar-se uma opção eleitoral, e não de massas, como se pretendia na gênese do partido.

Na primeira metade dos anos 90, porém, no contexto de um certo apaziguamento dos movimentos sociais, começaram a crescer no interior da Central Única dos Trabalhadores/CUT (fundada em 1983), de notórias ligações com o PT, tendências claras a privilegiar a negociação em vez da luta de classe (AARÃO REIS, 2007, p. 248).

Com o triunfo das proposições do neoliberalismo se assinala uma fase de atuação do PT orientada predominantemente para a atuação dentro da ordem estabelecida, sem apreço político pela ideia de revolução e de transformações radicais na organização econômica e social do país. O abandono pelo PT da sua estratégia inicial focado no social em prol da lógica do jogo político fará nascer, segundo Martinez (2007), duas contradições do partido. Por um lado, ele cresce política e eleitoralmente em um momento da vida brasileira marcado pela crise política e econômica, mas, por outro lado, esse crescimento será marcado, no plano externo, pelo colapso do socialismo (e das proposições de igualdade social que formam a base doutrinária do partido) e expansão do neoliberalismo. Ou seja, despontou como alternativa tanto ao regime político e quanto ao modelo econômico da ditadura militar, tornando-se um executor do projeto político do Estado mínimo e da abertura da economia regida pelo livre mercado, que vigorou no Brasil, durante a década de 1990. Os reflexos dessa contradição serão nítidos na década de 2000, quando o governo Lula – eleito para transformar o país – reitera na prática política e administrativa os padrões convencionais e arraigados na vida política nacional e contempla os interesses mais entranhados do capitalismo no Brasil.

De acordo com Werneck Vianna (2006) para ascender e se afirmar no poder o PT introduz uma reorientação da ideologia do partido que acentua a revalorização do Estado, a dimensão do público, e a revalorização da soberania nacional, tema estranho à cultura política do PT até 2002. Sentido para o qual também apontavam atitudes e posições de líderes parlamentares eleitos do PT. O resultado dessas mudanças é um processo de autonomização do partido em relação aos movimentos sociais, ocasionando na prática, a proposta de uma inversão: em vez de um partido a serviço e expressão dos movimentos sociais, como queriam as definições revolucionárias iniciais, um partido que criava sua dinâmica própria, regida pelas exigências do jogo institucional, pelos prazos, regras e alianças eleitorais, enfim, pelas noções e exigência de carreira política que informam as democracias representativas baseadas nos políticos profissionais.

Trata-se, ainda segundo Werneck Vianna (2006), de uma “clara mudança de rota” onde as alianças com partidos considerados de centro e direita, irão caracterizar o

PT não mais como uma força de esquerda, mas de centro-esquerda. Nesse contexto, o que inicialmente podia ser considerado apenas como um movimento tático para enfrentar circunstâncias adversas e vencer eleições, logo se traduzirá em uma inesperada metamorfose, quando, ao final do ano de 2003, o governo passou a se empenhar na Reforma da Previdência, a que fizera obstinada resistência no governo anterior. O governo PT, ou o seu setor dominante passa a atribuir a si uma função que não é a de procurar um caminho novo, mas a de reformar o que está aí, a partir de uma orientação de centro com traços neoliberais. Como dirá Martinez

A chegada do PT ao governo federal não se concretizou como a conquista do Estado. Não forjou uma nova hegemonia política e social capaz de desencadear amplas reformas sociais e de compor um novo Estado. Esse rodopio, porém, esteve latente nos projetos de poder do governo Lula (MARTINEZ, 2007, p.275).

O que se observará a partir daqui é uma agenda de influências que já não compartilha dos mesmos vínculos e lealdades com que fora formulada nos tempos iniciais do partido. O PT se distancia dos movimentos sociais, incorporando suas lideranças principais, e assume cada vez mais estratégias de centro, como, por exemplo, a opção pelo “presidencialismo de coalisão” para garantir governabilidade diante do Parlamento. Conforme afirma Darlan Montenegro, importantes seguimentos petistas “[...] migram de uma identidade política que estabelecia como centros articuladores da vida militante, os movimentos sociais e suas pautas reivindicatórias, as lideranças e militantes cristãos, para um tipo de atuação cujo centro é o partido [...]” (MONTENEGRO, 201, p.10).

5 OS ATORES ENVOLVIDOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Entretanto, do ponto de vista da seguridade social, a análise dos anos do governo PT impõe-se com maiores nuances, uma vez que o ambiente político que se seguiu logo ao início da década de 1990 era já bem distinto daquele em que se redigiu a Carta Magna de 1988, significando o distanciamento do seu projeto original. Desse contexto, ressalta-se que o legado de Fernando Henrique Cardoso foi o incremento da

focalização em detrimento da universalidade; da parceria público-privada, em detrimento da primazia do Estado; da obstaculização, dilapidação, corrosão e destruição do conceito constitucional, tratando as políticas de seguridade separadamente e extinguindo o Conselho Nacional de Seguridade Social em prol da implementação de uma política de financiamento parco sob o argumento da escassez de recursos.

Segundo Behring e Almeida (2008) houve avanços visíveis no governo Lula com relação à conjuntura exposta, que se deram especialmente no campo da assistência social e da segurança alimentar e nutricional, como a construção da Estratégia Fome Zero e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), como órgão responsável por cinco esferas da Política Social: Assistência Social, Bolsa Família, segurança alimentar e nutricional, inclusão produtiva e avaliação e gestão de informação.

O SUAS é realmente uma inovação. Desde 2004, após mudanças substantivas operadas pelo Governo Federal na equipe que conduzia a assistência social no país a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), acompanhamos uma espécie de choque de gestão e regulação na área da assistência social, por meio da criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (BEHRING; ALMEIDA, 2008, p.160).

Ainda de acordo com Behring e Almeida, a causa da assistência social e segurança alimentar e nutricional como políticas públicas de seguridade no Brasil deve-se à presença de militantes cristãos, vindos da esquerda católica - importante ator político, no campo dos direitos sociais, que buscaram caminhos para concretizar a LOAS. Aqui é interessante observar o envolvimento de muitos militantes cristãos no campo político e no Governo PT.

Esse envolvimento pode ser confirmado, por exemplo, nos encontros realizados pelo Movimento Nacional de Fé e Política. Segundo Pinheiro (2005), encontros sediados e apoiados por municípios governados pelo PT e marcados pela presença massiva de seus militantes, tanto do lado da representação popular quanto das lideranças partidárias. Entretanto, mesmo aqui a ligação das CEBs com o poder do PT tem um caráter paradoxal que, para Pinheiro, também enfraquece o movimento.

Tal relação torna vulnerável a capacidade crítica dos organizadores, os quais, foi possível observar, acabam legitimando a ideia de que o Estado se aproprie de valores como o voluntariado e a solidariedade para viabilizar políticas

sociais menos onerosas a despeito da qualidade e da continuidade (PINHEIRO, 2005, p.100).

Além disso, certas lideranças cristãs em ONGs, pastorais sociais e movimentos sociais são reticentes com relação às políticas de combate à fome do Governo Lula. Reclamam por uma reflexão sociológica das consequências políticas da sobreposição dos movimentos sociais e religiosos com o poder em todos os níveis da administração petista. Verifica-se, além disso, que as lideranças se distanciaram dos movimentos sociais, quando incorporadas ao governo, percebendo que as políticas sociais não escamoteavam a realidade.

Contrariando a qualidade e universalidade das políticas sociais defendidas pela esquerda, esta forma de governar retrocede em relação aos avanços éticos produzidos historicamente contra o domínio dos valores tradicionais em proveito de uma minoria. A solidariedade perdida na cultura competitiva do mercado passa a ser resgatada em sua forma tradicional para convencer a sociedade civil de sua responsabilidade pela eliminação da fome e da pobreza (PINHEIRO, 2005, p.10).

Ressaltamos que o apoio dado ao Movimento Nacional de Fé e Política é parcial, uma vez que parte da base não concorda com a direção tomada pelo PT no poder. Pinheiro (2005) reitera, por exemplo, que o 4º Encontro Nacional de Fé e Política, ocorrido em Londrina no ano de 2004, quando o governo federal já havia demonstrado sua linha de ação, foi rico e polêmico. A pauta do encontro foi traçada segundo o desenho das políticas públicas, sendo que um dos plenários mais participativos foi o de políticas públicas com enfoque na política nacional de Assistência Social, coordenado por Márcia Lopes, então secretária executiva de assistência social do Governo Lula. Segundo Pinheiro (2005, pg. 215) durante o encontro adotou-se um tom de prestação de contas e também de divulgação dos programas do governo, chamando os militantes para participar dos conselhos e enfatizando que a política social é um direito conquistado, cuja execução deve ser coletivamente controlada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação ao problema apresentamos nesse artigo as questões fundamentais são: diante das mudanças observadas dentro do PT e no conteúdo programático de sua agenda política, será que as CEBs e a militância cristã, forças centrais na construção do partido e sua identidade, ainda possuem relevância política na perspectiva do partido? Do ponto de vista das demandas históricas encabeçadas pelos cristãos no campo dos direitos sociais, qual o peso dessas demandas na formulação e gestão de políticas sociais, como a política de assistência social e de segurança alimentar na primeira década de governo do PT? As CEBs chegam ao poder como representação popular ou a partir de lideranças pontuais? Será que as CEBs e o PT governista ainda possuem pauta em comum? Qual o nível de interlocução que se estabelece entre esses dois atores após a ascensão do partido ao poder? Qual o destino dos movimentos sociais, que foram importantes representações populares na redemocratização do país e que fizeram parte da base de construção do partido, após sua ascensão ao poder?

Nossa hipótese é de que a crise das CEBs pode ser parcialmente relacionada à subida do PT ao poder. Que ela surge como consequência da diminuição da atuação de importantes atores políticos no campo dos direitos, na medida em que esses atores são levados para dentro do partido no poder, mas durante o processo não se veem representados e entendem que as políticas sociais, que foram “carro-chefe” desse governo, não escamotearam a realidade. Por representação política entendo o nível de influência no campo político que pressupõe negociações entre governo, sociedade civil, organizações e movimentos sociais.

De acordo com o que foi exposto acima, vemos que a relação entre a militância das CEBs e o PT é das mais complexas e deve ser ponderada tanto pelos ganhos quanto pelas perdas que a chegada do partido ao poder pode ter acarretado para ambos os lados. Uma análise dessa trajetória e, sobretudo, dos matizes dessa relação ao longo dessa primeira década de governo do PT nunca pareceu tão oportuna.

7 REFERÊNCIAS

AARÃO REIS, Daniel. “Entre Reforma e Revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964”. In: Ridenti, Marcelo e Aarão Reis, Daniel. **História do Marxismo no Brasil, vol.5**. Campinas: Unicamp, 2007.

AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs.). **As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M.H.T (orgs). **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/ UERJ, 2008.

CARDOSO, R. C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. México: Siglo XXI, 1974. Disponível em: GoogleBooks . Acesso em: 20 fev. 2014.

DOIMO, A M. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

GRACIOLLI, E. J. **Um Caldeirão chamado CSN: Resistência Operária e Violência militar na greve de 1988**. Uberlândia: EDUFU, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6 vols.

LESBAUPIN, I. Comunidades de Base e Mobilização Social. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 14, 2005.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINEZ, P.H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. In: RIDENTI, M. & REIS AARÃO, D. **História do Marxismo no Brasil: Partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas: UNICAMP, 2007. v. 6.

MIGUEL, L. F. Impasses da *accountability*: dilemas e alternativas da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, out. 2000.

MONTENEGRO, D. F. O Quinto Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores: mudanças programáticas e reorientação partidária. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. **Anais...** São Paulo, jul. 2011.

PAOLI, M.C. & TELLES, V. S. Direitos Sociais: Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, S, DAGNINO, E, ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PINHEIRO, L.F. Políticas sociais no Governo Lula: mobilização social e legitimação da precariedade. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, Universidade Federal do Maranhão, 2005.

PINHEIRO, L.F. Movimento Nacional de Fé e Política. Desafios éticos e crises das esquerdas. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 90-118, 2005.

PINHEIRO, L. F. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

WERNECK, VIANNA, L. J. “A Construção da hegemonia no Brasil: uma visão gramsciana” em Kritsch, Raquel e Ricupero, Bernardo (orgs.). **Gramsci revisitado**: estado, política, hegemonia e poder. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

WERNECK, VIANNA, L. J. W. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana**: Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Revan, 2006.